

Carlos Pimenta denuncia atitude cínica do Conselho



Falando em nome dos Deputados do PSD, Carlos Pimenta considerou o Orçamento aprovado pelo Parlamento um bom orçamento e acusou o Conselho de Ministros por, de forma incoerente, que qualificou inclusivé de estúpida e cínica, ter cortado brutalmente programas que são objecto de louvores por parte dos Chefes de Estado e de Governo, nos comunicados do Conselho Europeu.

Desenvolvimento na pág. 3

Mais informação

Carta da Europa inicia hoje um novo estilo

A primeira palavra não podia deixar de ser uma homenagem a António Capucho que foi, durante 9 anos, o responsável por este BOLETIM.

Foi para mim uma honra assumir o mandato no Parlamento Europeu em sua substituição e um prazer rendê-lo igualmente nestas funções.

A Carta da Europa é o meio de comunicação regular dos Deputados do PSD ao Parlamento Europeu. No novo formato que hoje inauguramos, Carta da Europa será complementada com a edição de Documentos sectoriais relevantes, pela elaboração de dossiers temáticos importantes, entre outras iniciativas que oportunamente anunciaremos.

Em cada edição de Carta da Europa haverá uma carta da Coordenação do Grupo do PSD, e as secções "O PSD propôs", "O PSD reclamou", "O PSD disse" e "Sabia que?".

A nossa preocupação é a de que seja assegurada a ligação que legitima o nosso mandato. Os representantes dos portugueses no areópago de Bruxelas e Estrasburgo têm de dar a conhecer o que fazem e devem encorajar formas que permitam que a eles recorram os cidadãos em geral e, em particular, os militantes do PSD.

Contamos com o vosso apoio e a vossa crítica para podermos servir esta missão o melhor que nos for possível.

Carlos Miguel Coelho

O Estado da União

Arlindo Cunha preocupado com o reforço da coesão económica e social

pág. 5

Emprego no sector têxtil

Nélio Mendonça defendeu a competitividade da industria europeia do têxtil e do vestuário.

pág. 8

Apoio ao Turismo

Mendes Bota reclama um maior reconhecimento da importância do sector do Turismo.

pág. 7

BSE em Portugal

Arlindo Cunha questiona a Comissão Europeia

pág. 5

AGENDA 2000

por uma posição açoreana

(Excertos de um artigo de Carlos Costa Neves publicado no "Semanário")



Tratado de Amesterdão

A 2 de Outubro de 1997, foi assinado o Tratado de Amesterdão que reafirma o princípio da coesão económica e social, continuando, assim, a eleger a

convergência dos parâmetros de desenvolvimento das regiões como grande objectivo da União Europeia.

É neste contexto que se enquadra o novo artigo do Tratado que prevê a adopção de medidas especiais para as regiões ultraperiféricas, promovendo, assim, uma alteração qualitativa substancial para os Açores.

Agenda 2000

Na sequência do Tratado de Amesterdão, a Comissão Europeia, visando preparar a evolução da União Europeia, elaborou um documento intitulado "Agenda 2000".

No essencial, aborda os seguintes aspectos:

- Propõe o quadro financeiro para o período 2000-2006;
- Sugere novos caminhos para as políticas da União, destacando a de Coesão Económica e Social e a Política Agrícola Comum;
- Perspectiva uma estratégia para o alargamento.

Regiões Ultraperiféricas

Um documento com a importância da "Agenda 2000", feito na sequência do Tratado de Amesterdão, deveria explicitar a política da União Europeia quanto às Regiões Ultraperiféricas. No entanto, a admitir que o faz... fá-lo de forma inaceitável.

A referência às Regiões Ultraperiféricas reduz-se ao seguinte: "a situação específica das Regiões Ultraperiféricas, relativamente às quais foram introduzidos no Tratado um novo artigo e um protocolo, conduz a que sejam equiparadas às de Objectivo 1".

É pouco, muito pouco. Senão vejamos:

- Para sermos região objectivo 1 não seria necessário o artigo no Tratado. Já o éramos antes da revisão do Tratado e sê-lo-emos após a respectiva revisão, no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio;
- Desaparece a Iniciativa Comunitária Regis, aplicável, exclusivamente, às Regiões Ultraperiféricas e fundamentada na respectiva especificidade;
- Não se faz qualquer referência ao POSEIMA.

Acresce que a reforma da Política Agrícola Comum não se configura especialmente favorável para Portugal e os custos do alargamento da União Europeia poderão vir a ser exclusivamente suportados pelos Fundos Estruturais de que o nosso país é um dos principais beneficiários!

Há, pois, muito trabalho pela frente, já que só na base do integral respeito pelo que o Tratado estabelece, os Açores poderão alcançar um objectivo essencial - garantir, a prazo não longínquo, o nível de vida médio dos cidadãos europeus.

Uma proposta açoreana

A autonomia promove-se sempre que assumimos as nossas responsabilidades quanto ao que nos diz respeito e malbarata-se quando não temos opinião sobre questões nucleares como esta ou nos limitamos a "reagir" ao que outros "prepararam" para nós.

O tempo urge. O calendário é inexorável. Importa que, até lá, no pressuposto que seja definida uma posição açoreana, esta seja promovida, de forma articulada e convergente, em todos os espaços institucionais em que estejamos representados ou a que tenhamos acesso. Só assim podemos esperar sucesso.

ORÇAMENTO DA UNIÃO:

Carlos Pimenta denuncia atitude do Conselho

“O Orçamento para 1999 corresponde à execução das actuais políticas europeias, tal como foram consagradas no acordo interinstitucional que deu corpo ao Pacote Delors II. Pode, assim, ser considerado como um bom orçamento.

O Orçamento respeita os montantes previstos para o Capítulo II relativo aos Fundos Estruturais cuja aplicação, globalmente falando, se tem revelado um sucesso. Os países da coesão ou estão no grupo do Euro ou, caso da Grécia, para lá caminham.

O que aconteceu no meu país é bem prova disso. Há dez anos seria impensável que Portugal fizesse hoje parte do grupo dos fundadores da moeda única. O nosso extraordinário surto de crescimento prova que as políticas europeias de Desenvolvimento Regional, se bem aplicadas, são um instrumento insubstituível de coesão e de desenvolvimento harmonioso.

Ao negociarmos o próximo Acordo Interinstitucional e a Agenda 2000 devemos ter estes resultados em conta, caso contrário é a ruptura do modelo europeu que ocorrerá.

"Há dez anos seria impensável que Portugal fizesse hoje parte do grupo dos fundadores da moeda única"

Queria salientar ainda que a proposta do Parlamento consagra um reforço das verbas dedicadas ao apoio das Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente os Açores e a Madeira.

No que respeita à agricultura, as políticas traduzidas neste orçamento não corrigem os actuais desequilíbrios entre agriculturas e agricultores. Espero que as discussões em curso sobre a Reforma da PAC permitam acabar com esta injustiça escandalosa.

O Parlamento Europeu reforça, ainda, os programas de acção visando a defesa do Ambiente, a promoção das energias renováveis, a protecção dos consumidores, o intercâmbio entre escolas, a recuperação do património histórico, a integração social dos grupos profissionais ou sociais com dificuldades específicas, a igualdade entre homens e mulheres, o papel das Organizações Não Governamentais, a promoção do emprego, nomeadamente através do apoio às pequenas e médias empresas, etc.

No fundo fizemos o que o Conselho se recusou a fazer: analisar os programas e as políticas que dão rosto a uma União Europeia de cariz humano, verificar os seus níveis de execução no terreno e aprovar os créditos necessários à sua continuação.

O Conselho de Ministros de forma incoerente - que posso chamar, inclusivé, de estúpida e cínica - tinha cortado brutalmente estes programas ao mesmo tempo que os Chefes de Estado e de Governo lhes tecem louvores nos comunicados do Conselho Europeu.

A última consideração para apoiar a reserva global estratégica que permitirá partir para o orçamento do ano 2000 com uma base razoável caso o PE e o Conselho não cheguem a acordo quanto à Agenda 2000.

Parlamento Europeu procedeu à primeira leitura

A 1ª leitura do Orçamento da União Europeia para 1999 teve lugar num contexto especial, uma vez que 1999 é o último ano abrangido pelas perspectivas financeiras (1993-1999). Assim, este orçamento deverá servir de ponto de partida para os que se sucederão a partir do ano 2000 e que deverão enfrentar grandes desafios como a UEM e o alargamento da UE a leste.

O Parlamento Europeu quer um orçamento que permita a materialização das prioridades por ele definidas. O projecto aprovado pelo Conselho não se coaduna, segundo o PE, com a incoerência das decisões que entretanto tomou, originando cortes injustificados a nível do projecto de orçamento.

----- continua pág. 4

Primeira Leitura do Orçamento

(continuação da pág. anterior)

Na Categoria 1 - Política Agrícola Comum - os montantes rubricados situam-se muito abaixo da linha directriz estabelecida a nível das previsões financeiras.

No que respeita à Categoria 2 - Acções Estruturais, o PE demonstra um respeito absoluto pelas previsões financeiras e pelo Acordo Interinstitucional. Saliente-se a importância da proposta do Parlamento no sentido e se poder vir a ampliar o período de programação para facilitar o co-financiamento de determinadas acções no âmbito estrutural. Neste sentido, foi criada uma reserva especial de 1.500 Meuro(*) em dotações para autorização e 250 Meuro em dotações para pagamento, a qual poderá vir a ser utilizada pelos Estados-membros que apresentem uma taxa de utilização dos fundos estruturais inferiores à média. O parlamento preconiza ainda uma redução das despesas em cerca de 500 Meuro relativamente às propostas da Comissão e do Conselho, não obstante a criação de uma reserva estratégica de 2.300 Meuro.

O Parlamento decidiu ainda propor o reforço dos programas RECHAR - carvão (+27,8 milhões de euro), RESIDER - siderurgia (+24,7 milhões de euro) e REGIS II - regiões ultraperiféricas (+19,8 milhões de euro).

Relativamente à Categoria 3 - Políticas Internas, o Parlamento atribui grande importância, nomeadamente às áreas do emprego, acções sociais, educação e formação, meio ambiente e informação do consumidor e segurança nos transportes.

No entanto, e para que possa ser concluída com êxito a discussão relativa às políticas internas, é necessário chegar a acordo, a breve trecho, no que respeita ao V Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento. Enquanto se aguarda uma mudança de atitude por parte do Conselho, o PE decidiu inscrever os montantes propostos pela Comissão.

No respeitante à Categoria 4 - Acções Externas, o Parlamento decidiu reduzir substancialmente as dotações destinadas ao programa PHARE. Com efeito, o PE propõe-se redistribuir por outros capítulos cerca de 250 Meuro atribuídos

inicialmente a este programa e inserir 30 Meuro em reserva destinados à reconstrução na ex-Jugoslávia, até à aprovação de um novo projecto de regulamento financeiro.

Quanto ao programa TACIS, o PE decidiu a criação de uma reserva destinada a fazer face à crise financeira na Rússia.

A Categoria 5 - Despesas Administrativas, continua a ser objecto de saneamento financeiro, tendo sido posto termo à existência dos chamados mini-orçamentos UE, que permitiam as transferências de créditos destinadas ao reforço das despesas de funcionamento em detrimento dos gastos operacionais.

Em termos globais, as reservas aprovadas pelo PE constituem um poderoso instrumento para fazer com que o Conselho possa chegar a acordo com o Parlamento antes da 2ª leitura do orçamento que terá lugar em Dezembro.

José Luis Fernandes

(*) Meuro=1 milhão de Euros (1 Euro=± 200\$00)

"O Parlamento Europeu quer um orçamento que permita a materialização das prioridades por ele definidas.

O projecto aprovado pelo Conselho não se coaduna, segundo o PE, com a incoerência das decisões que entretanto tomou, originando cortes injustificados a nível do projecto de orçamento."

Parlamento debate Estado da União:

Arlindo Cunha preocupado com o reforço da Coesão

Durante a segunda sessão de Outubro, em Estrasburgo, realizou-se o debate anual sobre o Estado da União.

Neste debate participaram os Presidentes do Parlamento, do Conselho e da Comissão Europeia.

Único Deputado português a usar da palavra, Arlindo Cunha, Coordenador do Grupo Europeu do PSD, mostrou grande preocupação com a necessidade de as políticas futuras da União contribuírem para o reforço da coesão económica e social.

"Este debate do Estado da União é marcado pela discussão da Agenda 2000, pela continuação dos elevados níveis de desemprego e pelo início de preocupantes sinais de recessão económica.

Em relação à Agenda 2000, importa sublinhar que ela só faz sentido se contribuir para o reforço da coesão económica e social da União Europeia (UE). Ora, as propostas que estão em cima da mesa fazem-nos recear que se pode caminhar na direcção oposta:

- a PAC tem que ser reequilibrada para dar respostas equitativas a todos os sistemas agrícolas europeus, especialmente aos mais periféricos e desfavorecidos, que são os mais ameaçados pela liberalização agrícola decorrente da Ronda Uruguay do GATT. Se assim não for, corremos o risco de fazer uma reforma para os agricultores mais eficientes e deixar cair a defesa do modelo europeu de agricultura;

- o financiamento do alargamento a Leste não pode ser feito à custa dos fundos estruturais, ou seja das regiões e cidadãos mais pobres da actual UE. O que está em cima da mesa também não nos garante que isto venha a contecer;

- a proposta de financiamento recentemente apresentada pela Comissão vai no sentido da

renacionalização das políticas comunitárias, o que parece revelar uma atitude minimalista da Europa, face ao reforço de políticas e aprofundamentos que seriam necessários.

Quanto ao problema do desemprego, há que dizer que depois de tantas reuniões e cimeiras não se viu nada de palpável e com escala capaz de reinverter tão dramática situação. A hesitação que tem havido entre soluções "Keynesianas" e monetaristas deve ser superada e encontrado um "policy mix" capaz de ajudar a superar a crise.

Por fim, a recessão económica. Ao contrário da última, esta recessão em perspectiva não afectou até agora tão duramente a UE como os seus principais concorrentes, EUA e Japão. Todavia, as incertezas sobre a evolução da situação aconselham a uma reflexão atenta por parte da UE para não ser colhida de surpresa. E aconselham também a que os Governos dos Estados Membros, como é o caso do meu próprio país, deixem de fazer discursos cor-de-rosa sobre a sua situação económica."



Arlindo Cunha questionou a Comissão sobre a BSE em Portugal

Após o anúncio de um plano especial da UE para combater a BSE em Portugal, Arlindo Cunha afirmou "existir em Portugal o sentimento que a reacção da Comissão parece desproporcionada, dizendo-se que a Espanha se tem oposto a qualquer missão de especialistas comunitários no seu território".

Neste contexto, Arlindo Cunha interrogou a Comissão sobre "quantas missões enviou recentemente a Espanha e quais as suas conclusões, tendo em conta a inserção geográfica de Espanha, bem como alguns dos seus sistemas produtivos de leite e carne".



Defesa dos consumidores: acesso à justiça mais rápido e eficaz

Intervindo num debate sobre a defesa dos consumidores, Carlos Pimenta defendeu que um acesso rápido e eficaz à justiça é uma questão chave para a defesa dos consumidores. Carlos Pimenta defendeu ainda a efectiva implementação da legislação europeia e a sua correcta aplicação a nível dos Estados-membros e o reconhecimento do papel vital das organizações não governamentais.



Transporte de mercadorias perigosas

O Deputado do PSD, José Mendes Bota, reclamou que se imponham às empresas especializadas no transporte de mercadorias perigosas normas de controle, segurança e peritagem técnica de elevado nível.

Para José Mendes Bota, o mundo é sobressaltado - com uma frequência muito mais elevada do que seria desejável - com notícias de acidentes verificados no transporte e no manuseamento de mercadorias perigosas. Seja com explosivos, com gases, com materiais radioactivos, com óleos minerais ou substâncias líquidas ou sólidas, os acidentes nas estradas, nas ferrovias ou nas vias navegáveis são uma constante que provoca perda de vidas e danos ecológicos.

A entrada em vigor do Espaço Económico Europeu multiplicou, como era de esperar, o volume das trocas comerciais entre os Estados membros signatários, com milhares e milhares de camiões, cisternas, contentores e vagões a circular carregados de mercadorias perigosas. É possível minorar estes riscos, afirma o Deputado, impondo às

empresas especializadas deste sector normas de controle, segurança e peritagem técnica de alto nível.



Programa-Quadro de Investigação: dar protagonismo às PME.

Helena Vaz da Silva, ao falar sobre o V Programa-Quadro de Investigação, reclamou a necessidade de dar maior protagonismo às PME ao longo da execução do programa-quadro e dos seus programas específicos. Da vitória nesta guerra depende o reforço do tecido europeu no domínio da ciência, depende a sua capacidade de inovação e de flexibilidade.

Para Helena Vaz da Silva, *small* continua, neste caso, a ser *beautiful*.



Aplicação correcta dos fundos

Falando sobre o objectivo 2 dos fundos estruturais, o Deputado do PSD, Manuel Porto, afirmou que este merece uma consideração especial, sendo de grande importância, mas de muito difícil aplicação correcta.

Para Manuel Porto, estando em causa zonas industriais em declínio, há que ver com toda a cautela se se trata de indústrias com perspectivas e, mais concretamente, há que ver unidade a unidade se se trata de empresas viáveis. Em caso afirmativo, defendeu, deve dar-se o apoio directo indispensável, na aplicação correcta do “argumento das indústrias senescentes”.

Não sendo assim, ou seja, não sendo indústrias ou empresas competitivas a médio ou longo prazo, é do interesse de todos, desde logo do interesse dos trabalhadores, encontrar alternativas válidas, num mundo concorrencial em que não é de esperar nem seria desejável que voltassem a fechar-se as fronteiras.



Manuel Porto defende estatísticas comunitárias mais acessíveis

“Merecem todo o apoio os objectivos de melhoria e de alargamento estatístico contemplados pelo programa comunitário para 1998-2002, quando há que responder a desafios da maior importância: o alargamento, o funcionamento da moeda única com o pacto de estabilidade e crescimento, a reforma da política agrícola comum, a preparação do regime definitivo do IVA(...).

Há que encontrar um equilíbrio correcto entre a necessidade de ter uma informação o maior possível, por um lado, e, por outro, a necessidade de não onerar demasiadamente as empresas, em especial as pequenas e médias empresas e os cidadãos em geral.

Por fim, nunca será demais sublinhar que as estatísticas, que são um bem público, têm de ser acessíveis a todas as pessoas, incluindo empresários modestos ou estudantes, não sendo aceitável a prática crescente de se exigir a sua compra, limitando-as, por isso, a estratos seleccionados com maior poder de compra. Além de um interesse geral das economias, estão em causa igualmente valores de uma sociedade democrática, em que é exigida a participação consciente de cidadãos devidamente informados.”



Helena Vaz da Silva: tolerância, respeito pela liberdade e pela diversidade

“O relatório do Deputado Mohamed Ali defende que o Islão não se identifica com o fundamentalismo e que, pelo contrário, tem na sua origem princípios de tolerância. E apela à União Europeia para que contribua para a afirmação da face liberal do Islão, acolhendo os seus quadros políticos e religiosos para formação e dando condições aos imigrantes para viverem a sua cultura.

Concordo com esse apelo do Islão à Europa. Mas há um apelo que a Europa tem de fazer ao Islão. É que, se há muçulmanos que a escolheram para viver, escolheram viver segundo os seus princípios e as suas leis. Não podem usar a democracia para a negar.

As liberdades individuais e a prática privada são uma

coisa, o espaço público e as práticas sociais são outra. Exige-se dos muçulmanos a renúncia ao tchador nas escolas como se exige dos europeus que se descalcem e se cubram ao entrar numa mesquita.



Mendes Bota defende plano comunitário a favor do turismo

Porque o turismo tem futuro, embora não tenha merecido da União Europeia o justo reconhecimento como tal.

Desde logo, não tem orgânica própria. Depois, como os Tratados lhe passaram ao lado, não tem base jurídica. Como não tem base jurídica, também não tem acções - o programa Philoxenia continua no congelador.

Como tal, não tem orçamento. A proposta orçamental veio seca, e a Comissão dos Orçamentos encarregou-se de secar a alteração proposta pela Comissão dos Transportes e Turismo, mesmo tratando-se da modesta quantia de 3,5 milhões de Ecus para o ano de 1999.

Porque será que, sendo unanimemente reconhecido ser o sector do turismo tão importante para a União Europeia em termos do emprego, da actividade económica, do investimento, do desenvolvimento sustentável, não mereceu sequer um humilde parágrafo no Tratado de Amesterdão?...

Esta postura é uma afronta aos milhões de europeus que trabalham directa ou indirectamente no turismo, ou que são clientes do seu produto final.

Porque existem domínios onde se potencia uma mais-valia comunitária, como a promoção externa fora da União Europeia, a redução da sazonalidade, a coordenação das acções com incidência no Turismo dos diferentes programas e políticas, a harmonização fiscal ou da classificação das estruturas turísticas, a segurança e a informação dos turistas, enquanto consumidores.

Nenhum outro sector económico personifica melhor a Europa do espaço Euro, da liberdade de circulação, dos padrões de qualidade e de segurança, do que o Turismo.



Nova Coordenação do GEPSE

A saída de António Capucho do Parlamento Europeu, para assumir as funções de Secretário-Geral do PSD levou à sua substituição por Carlos Coelho.

Por proposta de Eurico de Melo, foi alterada a equipa da Coordenação do Grupo Europeu do PSD que ficou assim constituída:

Arlindo Cunha (Coordenador)

Carlos Pimenta (Coordenador-Adjunto)

Carlos Coelho (Coordenador-Adjunto)



De 14 a 18 de Dezembro, reúne, em Estrasburgo, o Plenário do Parlamento Europeu.



O Conselho Europeu, que reúne os Chefes de Estado e de Governo dos quinze, realiza-se, em Viena, nos dias 11 e 12 de Dezembro.



No dia 1 de Janeiro, entra em vigor a moeda única em 11 dos 15 Estados-Membros da União.



De 4 a 6 de Fevereiro de 1999, reúne, em Bruxelas, o Congresso do Partido Popular Europeu.



De 10 a 13 de Junho realizam-se as ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU.

Nélio Mendonça defende emprego no sector têxtil

O Deputado do PSD, Nélio Mendonça, defendeu em Plenário a competitividade da indústria europeia do têxtil e do vestuário colocando “*um acento tónico nas vertentes sociais que estão obrigatoriamente subjacentes a esta problemática*”.

Para Nélio Mendonça impõe-se, desde logo, “*implementar medidas que visem estancar rapidamente a galopante redução de postos de trabalho neste sector onde existe uma elevada percentagem de trabalho pouco qualificado e de mão de obra feminina e, em consonância com as orientações de política de emprego é importante que os Estados Membros reduzam os custos indirectos do trabalho, nomeadamente o que resulta de mão de obra com baixos índices de qualificação*”.



Para Nélio Mendonça “*as pequenas e médias empresas merecem atenção especial; a limitação das suas capacidades torna extremamente difícil o investimento em projectos inovadores no domínio da formação profissional*”.

Para Nélio Mendonça “*deverá ter-se em conta que o sector dos têxteis e do vestuário ocupa em certos Estados Membros uma importância decisiva pelo seu peso no emprego, na balança comercial e no tecido económico de algumas das suas regiões que são dependentes da actividade do sector*”.

Mesmo em circunstâncias como esta, Nélio Mendonça entende que “*a União Europeia deve fazer prevalecer no concreto as medidas que os Estados Membros ou as suas regiões mais carentes reclamam, fazendo prova do conceito de solidariedade, cumprindo sem hesitações o princípio da coesão económica e social*”.

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luis Fernandes

rue Wiertz - LEO 13E153 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551